MIKE BROWN/AP

"PARK" AQUÁTICO
Estacionamento submerso em 2011, em Memphis (EUA), em cheia da bacia do rio Mississippi

Há exatos 20 anos, em junho de 1992, representantes de 178 países reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro para a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – a Eco 92, também chamada de Rio-92, evento realizado a cada dez anos. No encontro, que durou duas semanas, foram estabelecidos alguns dos compromissos mais importantes da história das políticas para o desenvolvimento sustentável e para a preservação do meio ambiente no mundo. Foi na Eco 92 que foram assinadas a **Convenção sobre a Mudança do Clima**, que trata do aquecimento global, e a **Convenção sobre a Diversidade Biológica**, que objetiva preservar os ecossistemas e hábitats.

O documento mais abrangente criado na Eco 92 foi a **Agenda 21**. Trata-se de um plano que estabelece estratégias globais, nacionais e locais para promover o desenvolvimento sustentável. Agora, em junho de 2012, o evento de 1992 tem nova edição, a **Conferência Rio+20**, que deve atrair para a capital fluminense líderes e representantes de 193 países-membros. Eles têm como objetivo analisar os progressos feitos desde 1992 e avançar na adoção dessas políticas. A expectativa é grande, mas, como é comum ocorrer em encontros multilaterais, são muitas as dúvidas e os questionamentos sobre os resultados concretos das negociações.

Agenda 21

Sustentável é o desenvolvimento visto da maneira mais ampla possível – crescimento econômico com igualdade e justiça social, sem comprometer os recursos naturais, que garanta qualidade de vida para as gerações futuras. A ideia é que as atividades humanas não exerçam tamanha pressão sobre o meio ambiente a ponto de esgotar seus recursos, como as terras aráveis, água limpa e florestas. Ao mesmo tempo, todo desenvolvimento deve garantir condições de saúde, moradia e educação a toda a população – respeitando, inclusive, as peculiaridades e culturas de diferentes grupos, como as populações indígenas.

A Agenda 21, pensada para o novo século em que estamos, traduz esses compromissos em 27 princípios calcados em três premissas:

- os países desenvolvidos devem mudar seu padrão de produção e consumo e, portanto, seu modelo econômico;
- os países em desenvolvimento devem manter as metas de crescimento, mas adotar métodos e sistemas de produção sustentáveis;
- as nações desenvolvidas devem apoiar o crescimento das mais pobres, com recursos financeiros, transferência de tecnologia e reformas nas relações comerciais e financeiras internacionais.

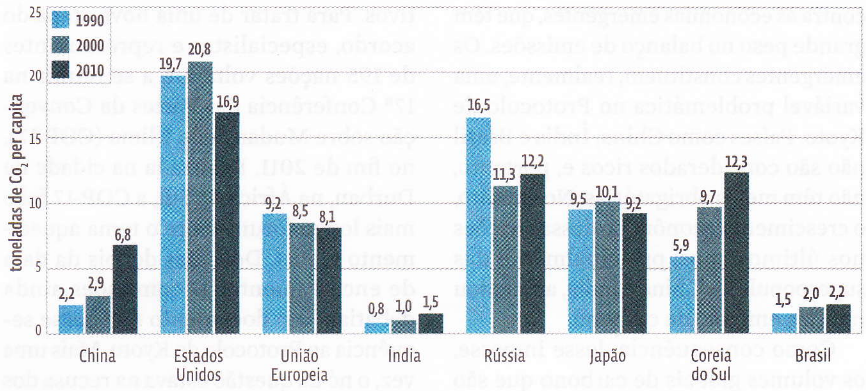
Isso tudo consta da Agenda 21, formulada em 1992. Agora, na Rio+20, os países vão avaliar os resultados obtidos nas últimas décadas e propor novas medidas para o futuro.

A Organização das Nações Unidas (ONU) já divulgou um balanço geral da situação, e o quadro não é dos mais animadores. Segundo uma análise publicada em janeiro deste ano, o progresso em sustentabilidade nessas duas décadas foi bastante limitado. Novas tecnologias e métodos de produção adotados pela indústria baixaram em um terço o volume de recursos empregados em cada bem ou serviço produzido nos últimos 25 anos.

Apesar dessa evolução, no resultado final o planeta passou a consumir 50% a mais de recursos naturais. Isso ocorreu porque as nações mais ricas não reduziram seu nível de consumo. Simultaneamente, as economias emergentes, como Índia e China, extremamente populosas, passaram a consumir mais do que nas décadas anteriores. Enquanto isso, o mundo abriga ainda bilhões de pessoas carentes de bens de consumo básicos – até mesmo de alimentos. Enquanto um norte-americano consome 90 quilos de recursos (matérias-primas e insumos) por dia, e um europeu, 45 quilos, na África o padrão é de 10 quilos per capita.

AS EMISSÕES DE CO_2 DE CADA UM

Evolução das emissões anuais de CO_2, em toneladas per capita, em países e mercados selecionados

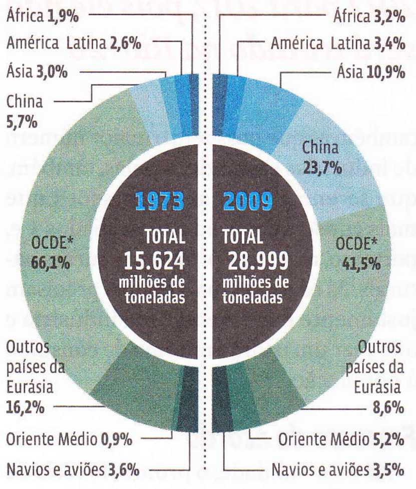


O PESO DOS EMERGENTES *A China registrou o maior aumento nas emissões – triplicou o volume emitido per capita entre 1990 e 2010, entre os mercados e nações selecionados. Porém, em volume total, subiu de 5,7% para quase um quarto do total mundial em 2009. Isso se explica pelo boom econômico vivido por esse país e pelo tamanho de sua população, de 1,3 bilhão de habitantes: mais gente com mais poder de compra significa maior consumo e maior produção – daí, mais carbono no ar. Note, porém, que a emissão per capita norte-americana é muito maior.*

Fonte: *Centro Comum de Investigação da União Europeia*

EMISSÕES GLOBAIS DE CO_2

Evolução da participação de países e regiões, em % dos totais



** Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Reúne os 35 países mais ricos e a União Europeia*

Fonte: *Agência Internacional de Energia*

As nações desenvolvidas também deixaram a desejar quanto a promover igualdade de oportunidades. Conforme a análise, a maioria dos países em desenvolvimento abriu as fronteiras comerciais e abrandou as taxas para importar mais das nações mais ricas. Mas estas, por sua vez, continuaram a proteger seu mercado pondo barreiras às importações. A transferência de tecnologia também ficou aquém do esperado, assim como a ajuda financeira prometida pelos 22 países mais ricos: em 2005, os menos desenvolvidos receberam apenas 106 bilhões de dólares dos 225 bilhões prometidos.

O desempenho global para frear o aquecimento da atmosfera foi ruim, pois a emissão de gases do efeito estufa continuou a crescer nas últimas duas décadas. Mas houve ao menos uma notícia boa: são positivos os resultados do esforço para diminuir o buraco na camada de ozônio – que protege a Terra da radiação ultravioleta emitida pelo Sol. Depois da assinatura do Protocolo de Montreal, antes mesmo da Eco 92, em 1989, a indústria começou a abandonar os gases clorofluorcarbonos (CFC), que destroem o ozônio. Esses gases eram empregados, até então, em aerossóis, aparelhos de ar condicionado e refrigeradores. Como resultado da medida, o buraco maior, sobre a Antártica, parou de crescer e a camada deverá retomar sua espessura normal em 2050.

Protocolo de Kyoto

O efeito estufa é um fenômeno natural: alguns gases que se concentram na alta atmosfera, como o dióxido de carbono (CO_2), retêm parte do calor recebido do Sol (*veja na pág. 138*). Isso é fundamental para que a superfície da Terra mantenha a temperatura média de cerca de 15 °C, ideal para o florescimento e a manutenção da vida. O problema é que, segundo estudos realizados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), desde a Revolução Industrial, em meados do século XIX, a queima de combustível fóssil aumentou muito, e, com isso, passaram a ser lançadas no ar quantidades astronômicas de compostos de carbono, particularmente de CO_2. Com isso, o cobertor que reveste o planeta está ficando mais espesso e o mundo, mais quente.

O IPCC é um comitê de cientistas de diversas nacionalidades que acompanha a evolução do clima da Terra. O órgão, ligado à ONU, é considerado a maior autoridade em aquecimento global. Segundo esses especialistas, se não forem adotadas medidas eficazes para reduzir as emissões de carbono, a temperatura média da Terra poderá subir **mais de 6 graus até 2100** – o que significaria uma catástrofe, com o degelo de geleiras, elevação do nível dos mares, inundação de regiões costeiras e mudanças nos regimes de chuvas e ventos que afetarão fortemente a agricultura dos países. As temperaturas médias que o mundo terá em 2100 dependerão do volume de gases do efeito estufa emitido em 2050, que, por sua vez, precisa começar a ser controlado o mais rapidamente possível.

A comunidade internacional vem tentando chegar a um acordo sobre esse controle desde a segunda metade dos anos 1990, quando foi adotado o Protocolo de Kyoto. Principal instrumento para pôr em prática a Convenção sobre Mudança do Clima (aquela assinada na Eco 92), o protocolo estabelece duas regras distintas em sua primeira fase. Uma é para os países ricos: aqueles que assinaram o protocolo deveriam reduzir a emissão de gases do efeito estufa – particularmente o CO_2 e o metano – em cerca de 5% do total que emitiam em 1990. Os Estados Unidos (EUA), a nação responsável pela maior parte das emissões, deveriam diminuir 7%, o Japão 6% e os 15 países que integravam a União Europeia à época 8%. Essas metas deveriam ser cumpridas entre 2008 e 2012. As nações pobres e em desenvolvimento estavam dispensadas de cumprir qualquer meta obrigatória, mas poderiam colaborar com metas voluntárias.

A diferença de tratamento entre países pobres e ricos tem razão de ser: são as nações mais ricas as que se industrializaram primeiro, emitiram mais gases, e

A validade do Protocolo de Kyoto foi estendida de 2012 para 2017, pois ele não será tratado na Rio+20

também as que possuem o maior número de indústrias emitindo. É nelas, também, que se encontram as populações que mais consomem produtos acabados – e, portanto, matérias-primas e recursos naturais. Já os países mais pobres precisam justamente incrementar sua indústria e oferecer um padrão mínimo de consumo à população.

Fracasso do acordo

Para ter validade, o protocolo teria de ser ratificado por um número de países que representasse pelo menos 55% das emissões globais. Ao ratificar o acordo, cada nação se compromete a adotar leis internas para cumprir seus compromissos. Isso só ocorreu em 2005, com a entrada da Rússia. No entanto, qualquer redução significativa continuou dependendo dos grandes emissores, e nem todos ratificaram o acordo. A principal ausência foi dos Estados Unidos, que se recusam a assinar se não houver metas de redução obrigatórias para os países em desenvolvimento. Mais tarde, com a não participação norte-americana, outras nações também abandonaram o compromisso.

Os governos de Canadá, Japão, Austrália e Rússia passaram a fazer coro com os Estados Unidos na reclamação contra as economias emergentes, que têm grande peso no balanço de emissões. Os emergentes constituem, realmente, uma variável problemática no Protocolo de Kyoto. Países como China, Índia e Brasil não são considerados ricos e, portanto, não têm metas obrigatórias. No entanto, o crescimento econômico dessas nações nos últimos anos, principalmente das superpopulosas China e Índia, aumentou muito a emissão de carbono.

Como consequência desse impasse, os volumes globais de carbono que são emitidos continuam subindo. Segundo um relatório de 2011 do Centro Comum de Investigação da União Europeia, a emissão de gases do efeito estufa aumentou 45% entre 1990 e 2010. Apenas nesse último ano, foram lançados 33 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera. E foram as economias emergentes as que apresentaram as maiores porcentagens de crescimento. Enquanto nos Estados Unidos a emissão cresceu 5,5% entre 1990 e 2000, na China o crescimento nesse período foi de 32% e superou 200% em 2010 (*veja o gráfico na pág. 137*). Algumas nações desenvolvidas até reduziram ou mantiveram suas emissões num patamar baixo de crescimento, principalmente entre 2009 e 2010. Mas os especialistas advertem que essa queda não parece ser duradoura, pois seria reflexo da redução de atividades da indústria por causa da crise econômica mundial, principalmente nos EUA e na Europa.

Plataforma Durban

A primeira etapa do Protocolo de Kyoto venceu em 2012 sem alcançar seus objetivos. Para tratar de uma nova etapa do acordo, especialistas e representantes de 195 nações voltaram a se reunir na 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima (COP-17), no fim de 2011. Realizada na cidade de Durban, na África do Sul, a COP-17 foi o mais longo fórum sobre o tema aquecimento global. Dois dias depois da data de encerramento, as comissões ainda debatiam um documento que desse sequência ao Protocolo de Kyoto. Mais uma vez, o nó da questão estava na recusa dos países desenvolvidos em assinar qualquer compromisso. Por fim, chegou-se a um consenso: o prazo de validade da primeira etapa do Protocolo de Kyoto teve seu final prorrogado por mais cinco anos, até 2017. E as nações assinaram um documento que deverá servir de base para um futuro novo protocolo.

Esse documento-base, chamado Plataforma Durban, fixou uma agenda que culminará na criação, em 2015, de um novo acordo que obrigue todas as nações – e não apenas aquelas listadas no Protocolo de Kyoto – a cumprir metas de redução nas emissões a partir de 2020. Na prática, a plataforma é só uma promessa. Porém, significa um avanço para combater os problemas relacionados às mudanças climáticas – ainda mais levando-se em conta que os dois maiores poluidores do mundo, a China e os Estados Unidos, concordaram em participar inicialmente desse pré-acordo.

Da teoria à prática

A agenda do encontro Rio+20 não deve tratar especificamente da Plataforma Durban e do aquecimento global, mas é inevitável que esse tema venha à tona.

A ONU entende que a crise econômica mundial é uma boa oportunidade para rever o modelo econômico da globalização. Assim, elaborou um documento chamado Draft Zero (Rascunho Zero, em inglês), que é um esboço da declaração final que deverá ser assinada pelos participantes no fim do encontro, a critério de cada país. A ideia é que o debate se apoie sobre três pilares: sociedade, economia e meio ambiente. Assim, à lista de questões ambientais, a ONU acrescentou o combate à pobreza e à fome e a crise econômica mundial. Na prática, o Draft Zero estabelece as linhas mestras que devem nortear os debates na Rio+20. Segundo esse documento, as nações que se reunirão em junho no Rio deverão discutir formas de promover uma "economia verde", que não prejudique o meio ambiente e, ao mesmo tempo, promova a erradicação da pobreza e da fome. Há quem critique o Draft Zero por apresentar uma pauta ampla demais, que pode não resultar em avanços concretos. De acordo com esses críticos, seria melhor tratar apenas das questões do meio ambiente, que já são suficientemente complexas. Para evitar que o problema se mantenha no terreno do debate teórico, seria preciso estabelecer metas específicas para cada ação, com valores específicos a ser alcançados dentro de determinado prazo. O governo do Reino Unido, por exemplo, propõe que se crie uma "contabilidade verde" – a fixação de preços para os recursos naturais. Assim, seria possível quantificar numa linguagem eminentemente econômica o estado das matas, dos mananciais e dos ecossistemas de cada nação.

Custa caro, tanto para empresas quanto para governos, promover alterações profundas no modo de fabricar, comercializar e consumir produtos. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), para reduzir pela metade as emissões de carbono até 2050, o mundo teria de investir até lá cerca de 316 trilhões de dólares – quase 20% a mais do que os investimentos feitos no modelo de negócios tradicional. Por outro lado, pesquisas indicam que, a longo prazo, desenvolver tecnologias limpas pode ser lucrativo para as empresas, por atender a uma faixa crescente de consumidores que preferem produtos de empresas socialmente responsáveis, e também para os investidores. Tanto é que as bolsas de valores de vários países instituíram carteiras de investimento que reúnem empresas que têm reconhecido compromisso com a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental. ⊠

Saiu na imprensa

SETOR PRIVADO AMPLIA PAUTA AMBIENTAL PARA A RIO + 20

(...) A 120 dias da Conferência Rio + 20, que acontecerá em junho no Rio de Janeiro, é perceptível a preocupação das empresas de adotar práticas sustentáveis, sem perder lucratividade. (...)

Por meio de novos processos de produção, os setores químico e de mineração conseguiram diminuir a emissão de gases do efeito estufa, consumo de água e acidentes de trabalho nos últimos 20 anos.

No agronegócio, o cultivo de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) deve aumentar 23%, com expansão de apenas 9,5% da área plantada, de acordo com um estudo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O setor ainda procura se recuperar de toda a polêmica levantada pelas mudanças no Código Florestal, em tramitação no Congresso, em que defende permissão para ampliar as áreas passíveis de desmatamento e ser anistiado pelas áreas destruídas ilegalmente.

Até mesmo o mercado financeiro mostra que houve mudança na mentalidade dos investidores. O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa [Bolsa de Valores de São Paulo], acumula ganhos de 111% desde 2005, enquanto o IBovespa [Índice Bovespa] avançou 93%.

***Diário Comércio e Indústria*, 22/2/2012**

Resumo

Rio+20

ECO-92 Conferência da Organização das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, em 1992, para discutir como associar desenvolvimento à preservação do meio ambiente. O encontro resultou em importantes instrumentos da política mundial, como a Convenção sobre a Mudança do Clima, que criou o Protocolo de Kyoto, e a Agenda 21.

AGENDA 21 Documento da Eco-92 que definiu as prioridades mundiais para o século XXI. Segundo a ONU, o balanço final é desfavorável, e o mundo consome hoje 50% a mais de recursos naturais que há 25 anos. As nações mais ricas não mudaram seu modelo econômico nem reduziram o consumo, e as emergentes passaram a consumir mais.

RIO+20 Conferência que acontece 20 anos depois da Eco-92, em junho de 2012. Representantes dos 193 países-membros se reunirão no Rio de Janeiro para fazer um balanço dos resultados da Agenda 21 e propor novas medidas para o desenvolvimento sustentável.

PROTOCOLO DE KYOTO Acordo criado no fim dos anos 1990, que estabeleceu regras para reduzir as emissões de gases agravantes do efeito estufa, como CO_2. Os países ricos deveriam reduzir, em média, até 5% de suas emissões entre 2008 e 2012. Os pobres e em desenvolvimento não tinham metas a cumprir. O protocolo só foi ratificado em 2005, sem a participação dos Estados Unidos. A primeira fase chegou ao fim em 2012 sem surtir efeito.

COP-17 Sigla para a 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Mudança do Clima, que discutiu uma nova etapa do Protocolo de Kyoto, em Durban, na África do Sul, no fim de 2011. Por falta de consenso sobre o novo protocolo, os participantes decidiram prorrogar o fim da primeira etapa, de 2012 para 2017. Foi criado também um documento-base, a Plataforma Durban, em que as nações representadas na COP concordam em implementar, a partir de 2015, um novo acordo em que todos os países terão metas obrigatórias de redução das emissões de carbono.